Grandes projetos urbanos e planejamento territorial[1]

Rosa Moura

rosamoura@ipardes.pr.gov.br

Resumo

A temática proposta é abrangente e oportuna, visto que o país, ao sediar a Copa de 2014, entrega-se a um conjunto de ações, em resposta a exigências, que se consubstanciam em grandes projetos urbanos. Esses são entendidos neste trabalho como sujeitos numerosos e insubordinados, disseminados entre os lugares, mas decorrentes de um sistema técnico global. A abordagem se decompõem em uma reflexão teórico-conceitual, na análise da experiência brasileira, particularmente de projetos e do planejamento em Curitiba, nos resultados urbanos de megaeventos recentes e na ação de empresas e consultores que viabilizam produtos eficientes à acumulação e reprodução do capital, dissociados da prática do planejamento e gestão territorial.

* * *

PALAVRAS-CHAVE: Grandes projetos, planejamento territorial, megaeventos, imagem urbana, ícones urbanos.

1 Conferência ministrada na abertura da VI Semana de Geografia da UNICAMP - Grandes projetos e planejamento territorial no Brasil contemporâneo (outubro de 2010).

Introdução

O debate sobre grandes projetos urbanos e planejamento se torna candente, particularmente no momento em que o Brasil é escolhido para sediar a Copa do Mundo de Futebol (2014) e os Jogos Olímpicos (2016), entre outros eventos esportivos de abrangência mundial. Como suporte a esses eventos, programas governamentais e grandes projetos estão sendo propostos com vistas a adequar a infraestrutura das cidades-sedes às exigências dos organizadores, patrocinadores, participantes e público em geral.

Estariam esses projetos consoantes às estratégias definidas pelo planejamento urbano e regional vigente no país e nessas cidades? Estaria a sociedade preparada para acompanhar sua implementação? Estaria sendo universalizada a distribuição dos seus benefícios? A esses questionamentos, a temática proposta na VI Semana de Geografia da UNICAMP complementa com outros ainda mais importantes: quais os conflitos e disputas territoriais existentes a partir do planejamento orientado aos grandes projetos? Há alternativas? É possível pensar um planejamento territorial democrático e para a totalidade do território brasileiro?

Está posto, assim, um debate necessário: "Grandes projetos e o planejamento territorial no Brasil contemporâneo", para o qual se busca, neste texto, compor um panorama que reúne a perspectiva teórica e resultados de experiências concretas sobre a implementação de grandes projetos no Brasil. Espera-se instigar idéias, inspirar propostas e contribuir para que o debate seja o mais construtivo possível.

Objetos insubordinados

Ao abordar o tema grandes projetos urbanos e planejamento territorial no Brasil contemporâneo, imediatamente vem em mente a constatação-síntese de Milton Santos (1999) de que vivemos o tempo dos objetos técnico-científicos-informacionais. Atores, sujeitos, numerosos e insubordinados, esses objetos se encontram em todas as partes, decorrem de um sistema técnico que funciona no nível global, obedecem a uma lógica que nos é estranha, sugerindo-nos o papel a desempenhar. São frutos de intencionalidades mercantis e simbólicas que transcendem o lugar, que são indiferentes a ele.

Para Santos, os objetos não são novos. Porém, os primeiros objetos provinham de uma técnica inventada pelo grupo, voltada a atender a uma função a serviço do grupo, para produzir o essencial à sua existência. Tinham sua finalidade na ação humana e se tornavam sistêmicos a partir de escolhas sociais. Os objetos atuais estão sendo criados para se relacionarem entre si. Voltam-se à

finalidade de quem os concebe e implanta, que pode ser contrária às necessidades de quem os recebe, e sua energia é a informação. Compõem sistemas técnicos (gênese, conteúdo, realização e funcionalidade técnicas), dos quais participam por uma especialização extrema, particularmente quando criados sob intenções hegemônicas.

São invasores, altamente difundidos, orientados por um único sistema técnico que rege toda a atividade humana. Neles, subsistem sistemas técnicos anteriores, que levam à convivência antagônica de racionalidades duras, precisas e densas, e de racionalidades moles, tolerantes e tênues, revelando espaços burros e inteligentes. Mas as condições propriamente locais não são dissolvidas, dando margem à convivência dos tempos (do mundo e do lugar). Tal convivência é muito comum em países desiguais e dispostos à inovação a qualquer custo, como o Brasil.

A invasão dos lugares por esses objetos se dá a partir de uma descoberta global, sob avaliação para usos escolhidos por portadores de ações. O encontro dos sistemas de objetos impele o sistema das ações e o movimento decorrente gera a seletividade do uso, que se torna permitido apenas a alguns, resultando, portanto, na escassez para outros. Tal movimento do encontro dá materialidade ao território, possibilita a ação global, praticada por atores presentes em diversos lugares, agindo, "aqui e agora", pelas mãos dos estados, organizações e firmas internacionais, como uma "nova mão invisível".

Uma retórica comum (hegemônica) se faz presente nos objetos: discursos parciais do uso e da sedução debilitam a capacidade de produzir um discurso próprio ou do todo. Essa retórica imiscui informação e contra-informação, e serve para legitimar a ação. Agindo hermética e codificadamente, instrui um processo que cria o homem ignorante e as regiões que se desconhecem, pois desconhecem os segredos dos objetos e as lógicas das ações. Perdem, portanto, as condições de comandar sua própria evolução.

Entre tais objetos encontram-se os *master projects,* grandes projetos urbanos ou simplesmente GPUs. Aqui se entendem por grandes projetos urbanos, proposições e ações voltadas à reestruturação e adequação do espaço para os fluxos e realização do capital. Quase sempre incluem processos chamados requalificação, reabilitação, revitalização ou gentrificação urbana. Correspondem, também, às adequações exigidas para a realização de grandes eventos esportivos, culturais, comerciais ou religiosos, entre outros objetos e ações que se assemelham em todas as geografias. Resultam na produção de ícones arquitetônicos e urbanísticos.

As práticas recentes das grandes intervenções provocam rupturas, conflitos e impactos territoriais, sociais, políticos, econômicos e ambientais. Impulsionados pela introdução de novos objetos, cada lugar é alvo de um processo de valorização e desvalorização contínua, de diferenciação do espaço a partir da expansão econômica e da produção e reprodução de relações simbólicas.

Em todos os casos, as intervenções são precedidas e acompanhadas por discursos que indicam vontade de articular, criar centralidades e/ou redefinir o território como um todo, mas que se realizam como intervenções pontuais, sem visão global do espaço ou intenção verdadeira de reestruturá-lo. Os grandes projetos urbanos são, portanto, possibilidades reais de valorização e acumulação do capital, vetores da globalização, no caso brasileiro, financiados com recursos públicos ou empréstimos, cujos fiadores são os poderes públicos.

Esses projetos são elementos fundamentais ao planejamento urbano pós anos 90, pautado em manuais que intencionalmente prescrevem roteiros de gestão municipal, formulados cuidadosamente pelos mentores do pensamento único das cidades (ARANTES, 2000). Uma prática condenada a modelos do planejamento estratégico de cidades, subordinada a *tool kits* e receitas difundidas por agências multilaterais e consultores internacionais, voltada a *best practices*, premiações, parcerias público-privadas, e indutora da competição entre lugares. Esse planejamento é apoiado (financiado) por multilaterais, tem como principal instrumento o *city marketing* e usufrui de forte ação da mídia sobre os produtos que oferece: os empreendimentos urbanísticos globais.

No lugar de políticas territoriais e prioridades, a intervenção nas cidades se dá por meio de grandes projetos urbanos, e dessa forma, o *master project* concorre com ou substitui o *master plan* (CONFERÊNCIA, 2010), como se essas intervenções incitassem processos de desenvolvimento e provessem soluções a problemas sociais, econômicos, culturais e ambientais das cidades e aglomerações

É disseminada a mesma retórica da concepção da "acupuntura urbana" (LERNER, 2003) que, anunciando a perspectiva de impulsionar um espraiamento horizontal de benefícios para toda a coletividade – "uma centelha que inicia uma ação e a subsequente propagação desta ação" –, mantêm suas características evidentes de conexão exclusivamente vertical e focada. Seu resultado é a fragmentação do território, o deslocamento ou expulsão da população pobre das áreas onde incide e valoriza, induzindo à segregação socioespacial.

Em direção contrária a esse modo de planejar, vislumbra-se o "planejamento insurgente ou planejamento conflitual" (VAINER e CAPANEMA, 2010), que toma o

conflito como expressão de dinâmica e vitalidade e não como patologia urbana, e oferece um poderoso repertório de conceitos e instrumentos que poderão abrir espaço para a construção coletiva de políticas e práticas de planejamento contra-hegemônico. Planejamento esse que admite o lugar como resistência (SANTOS, 2000; SOUZA, 2005).

A literatura e a experiência

Muitas são as referências teóricas sobre grandes projetos urbanos. Em uma síntese de estudo desenvolvido para o Lincoln Institut (LILP) – Grandes projetos urbanos: o que aprender com a experiência brasileira? –, coordenado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), Oliveira e Lima (2009) observam que os GPUs são formas complexas de articulação entre o público e o privado, referentes ao território, acionadas a fim de superar a propalada "ineficácia" da ação do Estado. Usualmente, os GPUs vêm justificados com base em uma representação do mundo contemporâneo que privilegia as articulações com a escala global e têm por estratégia "potencializar recursos para desencadear processos de desenvolvimento econômico e promover efeitos de reestruturação no espaço urbano" (p.6). Segundo os autores,

> O conceito de Grande Projeto Urbano é disputado. Para uns, trata-se de mais uma estratégia de dominação levada adiante no âmbito do planejamento e das intervenções sobre o território (MOULAERT, RODRÍGUEZ e SWYNGEDOUW, 2003). Para outros, uma forma para enfrentar a alienação que acompanha os processos recentes da expansão capitalista (BORJA e CASTELLS, 1997, ASCHER, 2001). Os posicionamentos da literatura com relação aos GPUs poderiam ser classificados em 2 grupos que se enfrentam (...): os *apologistas*, que entendem os GPUs como práticas adequadas ao mundo contemporâneo, e os *críticos*, que põem o acento sobre seus efeitos perversos (OLIVEIRA e LIMA, 2009, p.4).

Da literatura especializada, destacam algumas das principais características da idéia de GPU: princípios e postulados, fundados na representação econômica do espaço globalizado, identificados com a corrente neoliberal e suas premissas sobre mercado, sociedade, papel e tamanho do Estado (LUNGO, 2004); intenção de articular espaços locais aos fluxos globais de riqueza; e estratégias e meios para a ação, reunindo o público e o privado em novos desenhos institucionais de gestão, estratégias de *marketing* e artefatos de efeito simbólico, voltados à reconstrução do imaginário urbano.

Em síntese, os elementos encontrados na literatura evidenciam mudanças nas

formas de ação do Estado sobre o território, nas quais

> Em uma perspectiva crítica, os grandes projetos moldam processos econômicos, urbanos e ambientais que afetam negativamente alguns grupos sociais enquanto beneficiam outros, provocando conflitos, cisões e reescalonamentos nas relações de poder, mediante as quais as condições sociais das mudanças no território são produzidas e mantidas (SWYNGEDOUW e HEYNEN, 2003, p.901, apud Sánchez e Bienenstein, 2009, p.19).

Tratando das metrópoles latino-americanas, De Mattos (2010a e b) acompanha o ímpeto de grandes projetos em relação ao mercado imobiliário e às transformações físicas das aglomerações metropolitanas principais, mostrando que, com o avanço da reestruturação econômica e da informacionalização dos processos, produziu-se progressiva e generalizadamente a ampliação geográfica do espaço de acumulação do capital. As áreas metropolitanas tornaram-se objeto da realização de GPUs, cuja concepção busca inspiração, geralmente, em experiências exitosas de cidades de países desenvolvidos, e que se voltam a contemplar as exigências de grandes empresas no processo de deslocamento de sedes e/ou filiais, a lugares mais distantes das zonas então congestionadas. Muitos são concebidos como verdadeiros "*ornamentos urbanos (ESTEBAN, 2007) que, por sus peculiaridades – y, en ciertos casos, por su extravagancia – resultan de utilidad para la promoción externa de la metrópoli en que están localizados*" (DE MATTOS, 2010a, p.23). São frutos da financeirização da economia mundial e sua execução está frequentemente associada à realização de grandes negócios imobiliários.

Territorialmente, consolidam a policentralização de áreas de negócios e de serviços, resultantes da dispersão de atividades terciárias (escritórios de grandes corporações, bancos, financeiras, hotéis, restaurantes etc.), conforme receita aprovada por outras cidades referência, e tornada conhecida por meio de ampla (e meticulosamente induzida) projeção externa, via investimentos na reabilitação de bairros ou frentes marítimas e fluviais, entre outros projetos que se oferecem a esse ramo de negócios.

> Por lo general, estas operaciones han producido importantes cambios en la organización, el funcionamiento y el paisaje de cada una de las ciudades involucradas y, sobre todo, en la valorización de ciertas partes del suelo urbano próximas al área intervenida (DE MATTOS, 2010b, p.224).

Entre os casos abordados no estudo realizado pelo LILP constam os projetos do Pelourinho (Salvador), com longa história de implementação e alteração nas formas de apropriação social do espaço; a Operação Urbana Faria Lima (São

Paulo), por servir de referência para a inserção da operação urbana no rol de instrumentos de promoção do desenvolvimento urbano do Estatuto da Cidade; as obras relacionadas com os Jogos Pan-americanos de 2007 (Rio de Janeiro), com significativo impacto em sua implementação; e, na busca de estabelecer diálogo com pesquisas internacionais em função do reconhecimento interno e externo de Curitiba, duas intervenções recentes nessa cidade, o Museu Oscar Niemeyer e o Eixo Metropolitano de Transporte. Complementarmente, a pesquisa tipo *survey*, apoiada em dados secundários e algumas visitas a campo, elegeu projetos que espelhassem a diversidade regional brasileira: Ver-o-Peso e Ver-o-Rio (Belém), Projeto Orla (Palmas-TO), Centro Dragão do Mar (Fortaleza) e Caminho Niemeyer (Niterói).

As principais conclusões sobre esses casos, também sintetizadas por Oliveira e Lima (2009), destacam que a implementação de grandes projetos urbanos é um campo privilegiado de legitimação de projetos políticos ou de projetos de poder: peças do jogo político dos municípios e/ou estados onde são implementados, quase sempre associados à imagem de uma gestão específica ou de um grupo político. A regra da agilidade e do aproveitamento de oportunidades tende a isentar o GPU de formas efetivas de controle social.

É generalizado o olhar sempre otimista que acompanha os GPUs, centrado no aproveitamento das oportunidades do mundo globalizado e na inserção competitiva na economia global. Para reforçar essa mensagem, o uso do *marketing* urbano se coloca como a estratégia principal, exercendo continuamente uma ação direta sobre o imaginário urbano. Assim, percebe-se forte atribuição de significados positivos aos GPUs, sobretudo durante a fase de concepção e antes de sua entrada em operação, com importante papel das referências a projetos que "deram certo" em lugares distantes. No caso, a distância funciona como um filtro que permite recuperar e ressaltar apenas os aspectos positivos dessas experiências.

Há uma grande valorização da imagem arquitetônica e urbanística nos projetos analisados, com referências a obras de impacto, de inovação, de concepção arrojada. Também tem peso relevante a contratação de arquitetos de expressão – Oscar Niemeyer aparece como autor de inúmeros projetos, nos casos em estudo –, assim como a possibilidade de inserção nos padrões urbanísticos globais e nos circuitos da cultura e do turismo internacional. Todas essas justificativas são descontextualizadas das práticas edilícias e urbanas locais, dos traços culturais e de pertencimento da população, que são reconstruídos para acatar acriticamente uma intencionalidade externa a seus interesses.

A implementação dos GPUs, indistintamente, provoca impactos na estrutura

fundiária, com forte valorização imobiliária das proximidades, retenção especulativa e nenhum acompanhamento por qualquer tipo de instrumento que capture parcela da mais-valia gerada. Provoca ainda rupturas significativas e mudanças na divisão social do espaço urbano, sem qualquer preocupação socioambiental – presente meramente na retórica, com pouca importância para a escolha da localização ou o desenho do projeto.

A disputa política se reforça na dimensão simbólica. Veiculado o compromisso político com o projeto, o poder público torna-se vulnerável e sujeito a maiores riscos, pois perde a possibilidade de retrocesso, se necessário, sob o temor de comprometer a própria imagem e o projeto de poder.

Quase sempre o controle da realização do projeto é entregue à iniciativa privada, mesmo que os recursos sejam públicos. O Estado é o principal agente indutor e fiador de todos os processos, evidentemente em articulação com os setores da sociedade que lhe dão suporte. Apesar de relevantes, as condições institucionais têm peso relativo baixo no processo de decisão, implementação e gestão dos projetos. Sofrem o efeito contrário, pois são os GPUs que alteram profundamente a norma urbana, impondo adequações.

As incertezas quanto aos resultados diretos e indiretos não permitem garantir que a implementação de um grande projeto tenha o efeito apregoado quanto à sua influência no desenvolvimento da cidade, tampouco se pode assegurar a concretização dos efeitos previstos quanto a uma eventual ruptura no tecido econômico-social ou na dinâmica do mercado imobiliário na área de implementação do projeto. Apenas é certo que os riscos que envolvem o financiamento da operação devem ser garantidos pelo poder público.

Da mesma forma, a justificativa dos projetos quanto à inserção competitiva na economia e as críticas que recebem, quase sempre por se tratarem de obra desconectada das demandas de grupos sociais mais carentes, são confrontadas pela incorporação de seu uso, quando concluídos, pela sociedade, na maioria das vezes, por grupos de diferentes posições sociais. Ou seja, a elitização dos espaços, relacionada aos interesses e orientações políticas dos seus promotores, não é condição para o sucesso dos projetos.

Dois GPUs de Curitiba

Como cidade objeto do estudo do LILP, foram analisados dois grandes projetos urbanos em Curitiba: o Museu Oscar Niemeyer e o Eixo Metropolitano de Transporte, atual Linha Verde.

O primeiro trata-se da adequação e complementação, no início dos anos 2000, de edifício projetado por Niemeyer e implementado nos anos 70. Essas ações voltavam-se à implantação de um museu da Fundação Guggenheim no Brasil, após anúncio público dessa intenção (MOURA, 2010a). O Paraná, na pessoa do governador Jaime Lerner, iniciou campanha pela candidatura da cidade, e não só buscou a viabilidade física dessa implantação como se adiantou na construção simbólica da sua importância. Mesmo não sendo a cidade eleita, o espaço foi concluído e entrou em operação no final de 2001. Na reforma, o prédio foi contemplado com um anexo na forma de um imenso olho, que se tornou marca do museu (figura 1).



Figura 1 – Museu Oscar Niemeyer, Curitiba - Imagem da autora

O Eixo Metropolitano, atual Linha Verde, passou mais de uma década em negociação, teve como objetivo preliminar constituir um eixo de integração e dinamização da região metropolitana, readequando o antigo leito de BR 116, desviado da área urbana por um contorno rodoviário (MOURA, 2010b). Ainda em obras e já em uso, mostra-se precocemente saturada e insuficiente à demanda local. Mesmo assim, como outros ícones do urbanismo curitibano, renovou a veiculação do modelo-Curitiba, resgatando elementos simbólicos para a consolidação da sua inserção no elenco mundial das cidades em competição.

Em ambos foram encontrados elementos do repertório contemporâneo da atualização urbanística do pensamento único das cidades; ingredientes que contribuíram na construção da imagem urbana de Curitiba – como a *commoditização* do urbanismo central, do apelo ecológico, da qualidade de vida, do resgate étnico, da solidariedade, entre outros. Sob perspectiva política, os dois

projetos foram concebidos para introduzir novos ícones ao sempre renovado leque de produtos urbanos, em prática no modelo de gestão curitibana, e para perpetrar o poder de um grupo que assume e domina esse modelo há décadas. Confirmam o que observa Arantes (2003, p.28): "O pensamento único das cidades não sobreviveria por muito tempo ao seu próprio vazio, se a cada temporada não atualizasse seu repertório com alguma nova receita de salvação urbana."

Como é constante nos GPUs, governos e coletividade assumem papel aparentemente secundário, como que conduzidos por interesses maiores, oriundos ou virtualizados em grandes corporações. O que deslanchou o projeto do Museu Oscar Niemeyer foi a possibilidade de sediar a *griffe* Guggenheim no Brasil, e não a implementação de uma política cultural, artística ou educativa do Estado do Paraná (MOURA, 2010a). O mesmo se repete no caso do Eixo Metropolitano, no qual a prioridade pública aparece apenas como pano de fundo. Mais que atender a uma demanda por transporte de massa, a intenção original do projeto era a reciclagem do leito antigo da BR 116, transformando-o numa "avenida urbana", com a perspectiva de criação de um espaço propício a novos e grandes investimentos (MOURA, 2010b). Evidentemente, a reciclagem do modelo de transportes de Curitiba, com a introdução de um novo modal previsto inicialmente para o Eixo – um metrô elevado –, manteria acionado no mercado nacional e internacional de cidades um dos principais componentes da atratividade urbana local.

Mas, a realidade cria paradoxos e o que foi projetado como mercadoria para usos seletivos tornou-se produto de uso difundido. O Museu, pensado para uma elite artística e cultural, na virada do governo Lerner para Requião, mudou de nome – de Novo Museu e Museu da Cidade, pronto para realçar os produtos e mensagens do planejamento e urbanismo curitibano para Museu Oscar Niemeyer – e se tornou um ponto de visitação democrático, sem prejuízo da qualidade de sua programação cultural e acervo artístico; um verdadeiro *point* de parada obrigatória a turistas e curitibanos. O Eixo Metropolitano/Linha Verde, ainda em obras, já se tornou um produto urbano superado antes mesmo da finalização. O metrô elevado não passou de uma composição virtual, sem renovar o sistema de transportes, que manteve o ônibus bi-articulado como possibilidade de circulação nas canaletas exclusivas da nova via. Mesmo sem o êxito de um novo modal, os efeitos simbólicos se mantiveram ativos.

Megaeventos, Megaempreendimentos e Megaprojetistas

Jogos Olímpicos, Copa do Mundo de Futebol, Corridas Automobilísticas,

Exposições Internacionais, entre outros megaeventos, adquirem novos significados, passando a ocupar lugar de destaque na agenda urbana das metrópoles contemporâneas. Com eles também se constroem verdadeiros ícones arquitetônicos e urbanísticos e as cidades-sede se transformam em verdadeiras vitrines abertas para o mundo.

Em voga, particularmente pela eleição do Brasil como sede da Copa do Mundo de Futebol, de 2014, e do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos de 2016, logo após ter também sediado os Jogos Pan-americanos, em 2007, os megaeventos não são um fato novo e vêm sempre associados a monumentos arquitetônicos ou urbanísticos. A Exposição Universal em Londres, em 1851, pontua o início da era das grandes exposições internacionais e materializa como marco um palácio de cristal; a Exposição Universal de Paris, em 1900, abre o século e inaugura a torre Eiffel; Los Angeles, em 1932, utiliza os Jogos Olímpicos como oportunidade para estimular a economia local e constrói a primeira Vila Olímpica com características de moradia permanente; São Paulo comemora o IV Centenário de sua fundação, inaugurando o conjunto arquitetônico e cultural do Parque do Ibirapuera, em 1954 (figura 2).



Figura 2 - Pavilhão do IV Centenário – Parque Ibirapuera – 1954. Imagem: Crédito: Alice Brill

Associados a grandes projetos urbanos, sua temática vem sendo abordada em eventos nacionais e internacionais, assim como se tornando objeto de pesquisas acadêmicas, que ultimamente vêm aprofundando o conhecimento de seus efeitos sobre o espaço social, incluindo os seus aspectos simbólicos, políticos, econômicos, fundiários, ambientais, bem como os relacionados com a urbanidade metropolitana. Destaca-se a Conferência Internacional Megaeventos e a Cidade, promovida pelo

Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN), do IPPUR, prevista para 2010, com chamada instigadora em seu sitio na Internet (CONFERÊNCIA, 2010), cuja questão central sublinhada é se esses megaeventos despertam a cidadania ou seduzem "cidadãos, cegos pelo patriotismo cívico, que desempenham o papel passivo de meros figurantes no espetáculo urbano?"

Sobre o tema, destaca-se também a publicação eletrônica Biblio 3W (Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, da Universidad de Barcelona), que dedica um número especial sobre "Barcelona 1992 - Rio de Janeiro 2016: Juegos Olímpicos y Movimientos Populares".[2] Para Capel (2010), um dos organizadores do número,

> La comparación permite una reflexión de ida y vuelta: los análisis sobre lo que pasó en Barcelona 92 pueden ayudar a los de Río para conocer más y evaluar los éxitos y los límites de una experiencia que ellos, desde la distancia espacial y temporal, valoran mucho. Pero los barceloneses pueden encontrar en la reflexión de los cariocas elementos para reevaluar la experiencia de los Juegos de 1992. La enseñanza fundamental es que actuaciones del tipo de las que se hicieron en Barcelona para los Juegos, como todas las que tienen que ver con el urbanismo, se organizan mejor con la activa participación ciudadana.

Capel (2010) ressalta a grande competitividade urbana para sediar eventos dessa ordem, como forma de promover a imagem da cidade ao mundo e pelas consequências positivas no turismo e economia, dados os investimentos em infraestrutura e equipamentos, particularmente o hoteleiro, com melhoria em alguns setores da cidade.

De fato, a divulgação dos megaeventos em todo o tipo de mídia, e inclusive nos meios técnicos, governamentais e acadêmicos, reproduz a retórica que anuncia a possibilidade de alavancar atividades para a dinamização de economias locais inseridas nos processos de globalização do capital, para a redefinição da imagem da cidade e do país no cenário mundial, para a convergência dos interesses públicos e privados, entre outras possibilidades. Como os GPUs, os megaeventos representam coalizões de interesses privados locais e são quase sempre financiados e garantidos por instituições públicas. Os grandes questionamentos que recaem sobre esses bilionários projetos são se efetivamente impulsionam transformações que trazem benefícios para a sociedade; se traduzem os desejos e as necessidades

2 Biblio 3W, vol. XV, nº 895, 5 de noviembre de 2010. Coordenação e edição Floriano José Godinho de Oliveira (Universidade do Estado do Rio de Janeiro); Horacio Capel (Universidad de Barcelona); Jorge Luiz Barbosa (Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro); Miriam Hermi Zaar (Universidad de Barcelona). Disponível em http://www.ub.es/geocrit/b3w-895/b3w-895.htm

da coletividade; se são incorporados por ela.

A lista de questões se amplia a cada debate realizado, ao mesmo tempo em que autores já experimentam respostas a alguns desses questionamentos:

> O modelo de desenvolvimento dos megaeventos privilegia apenas grandes empresas, sem levar em conta as necessidades das populações. O mais perverso é que os investimentos são feitos com dinheiro público, mas os lucros são privados. Sendo assim, o povo paga para que os eventos ocorram. Contudo, quem ganha são as empresas que lucram com toda a estrutura (WHITAKER, 2010).

Whitaker (2010) prossegue criticamente, apontando que esses eventos resultam de processos pouco democráticos e que portanto alavancam corrupção, intensificam favorecimentos e relações escusas de todo tipo, assim como exacerbam os conflitos inerentes à cidade envolvida: ao invés de trazer ordem, inversamente, alimentam a desordem, os impactos perversos e as tensões urbanas.

Em entrevista, Sánchez (2010) também fez referência a impactos segregadores, no sentido de que os megaeventos fazem com que a renda se concentre em algumas áreas da cidade, criando situações de desigualdade socioespacial. São geridos sem discussão com a sociedade, sob um consenso social despolitizado, sem o propósito de redistribuir socialmente os ganhos. A sociedade fica então impossibilitada de realizar o controle social dos empreendimentos e ações.

A grande oportunidade a ser aproveitada no caso dos megaeventos no Brasil relaciona-se fundamentalmente a investimentos na infraestrutura viária urbana, como se constata no PAC da Mobilidade da Copa de 2014, imediatamente formulado para dar suporte a esse mundial. Como lembra Sánchez (2010), no caso dos eventos esportivos – e o mesmo pode ser dito em relação aos demais eventos –, a infraestrutura de transporte é pensada na logística dos jogos e não como enfrentamento às necessidades da mobilidade urbana. É idêntica a situação os equipamentos esportivos, que se dissociam por completo de uma política de incentivo ao esportista, que tenha continuidade e favoreça a população dos países-sede.

Além desses fatos, muito se lê na mídia sobre as disputas entre países/cidades candidatos a sedes dos eventos esportivos, incluindo todo tipo de manobras e falta de transparência quanto às relações com as instituições globais proponentes e gerenciadoras (Comitê Olímpico Internacional, Fédération Internationale de Football Association (FIFA), Bureau International des Expositions, entre outros). Contrariamente, pouco se lê na mídia sobre a organização da sociedade ou a

produção de estudos que revelem posturas críticas. Há completa invisibilidade sobre a resistência e oposição de movimentos sociais aos procedimentos excludentes dos realizadores dos megaeventos, e mesmo relatórios produzidos por agencias internacionais merecem apenas atenção passageira, como de deu com o importante informe da Relatoria Especial sobre Moradia Adequada da ONU, coordenado por Raquel Rolnik, que reúne informações contundentes sobre violação de direitos humanos nos processos de realização de megaeventos esportivos. "Experiências passadas mostram que projetos de reurbanização adotados para a preparação de eventos resultaram em violações extensivas de direitos humanos, em especial o direito à moradia." (NAÇÕES UNIDAS, 2009)

Alguns dados desse relatório merecem destaque: a) Seul (1988), 15% da população sofreu despejos forçados e foram demolidos 48 mil edifícios; b) Barcelona (1992), 200 famílias foram desalojadas para ceder espaço para infraestrutura viária; c) Sidney (2000), 6 mil desalojados; d) Beijing (2008), despejos massivos, violentos, no meio da noite, com repressão, detenções arbitrárias, e um milhão e meio de desalojados; e) Nova Delhi (2010), desalojamento de 35 mil famílias para os Jogos do Commonwealth; e) África do Sul (2010), remoção de mais de 20 mil residentes de Joe Slovo; g) Londres (2012), poder local autorizado a reunir a terra necessária para projetos de regeneração obriga residentes a abandonarem os distritos olímpicos; h) Rio de Janeiro, diversos assentamentos informais estão sob ameaça de despejo em função dos Jogos Olímpicos de 2016. Somam-se a esses atos os inúmeros deslocamentos indiretos pela valorização imobiliária, a elevação do custo do aluguel, a penalização de pessoas sem teto e de trabalhadores em atividades informais, entre outros.

No caso dos Jogos Pan-americanos no Rio de Janeiro, Sánchez e Bienestein (2009) mostram que as intervenções ocorridas se agregam aos processos de promoção imobiliária, particularmente na Barra da Tijuca (foco da produção formal de moradias no Rio de Janeiro) e adjacências e favorece poderosos proprietários-incorporadores locais, enquanto os custos são distribuídos por toda a população; além disso, o aumento dos preços fundiários não foi acompanhado de algum tipo de instrumento de captura de parcela da mais-valia gerada no processo. Ou seja, foram criadas oportunidades de lucro para um pequeno número de empresas privadas, "e a iniciativa do Pan 2007 acabou transformando-se num instrumento de reprodução do capital privado em suas diferentes modalidades (entretenimento, construção civil, entre outras), em detrimento do atendimento das necessidades básicas do conjunto da população" (p.15).

Como já antecipado, outro aspecto que também é relevado é o efetivo

aproveitamento das infraestruturas criadas especificamente em função das atividades realizadas no megaevento. Caso dos equipamentos esportivos, de megadimensão, por exemplo. É sabido que tanto em Atenas quanto em Beijing, estádios suntuosos, como o Ninho de Pássaros, encontram-se em ociosidade. Informações mostram que também na África do Sul, os clubes locais fogem das arenas (FOLHA, 14/10/2010). Preferem estádios menores e mais próximos às suas sedes, diminuindo, assim, a chance de prejuízo, além do que, os gastos para uso dessas instalações, incluindo preparação e limpeza pós jogos, são proibitivos para os padrões locais. Das 96 partidas da liga, apenas 20 foram marcadas para um dos dez estádios erguidos para o Mundial. Falta público, mesmo com distribuição gratuita de ingressos. O próprio Soccer City, em Johannesburgo, principal estádio da Copa, quando chegou a receber mais de 80 mil torcedores por jogo, ultimamente só abrigou um jogo da primeira divisão sul-africana, com apenas 5 mil pessoas presentes. O legado da cultura do esporte e da prática esportiva, que deveriam passar por completo incentivo e dinamização antes, durante e depois da temporada efêmera do evento, fica apenas na memória, como uma possibilidade desconsiderada pelos seus organizadores e gestores (figura 3).

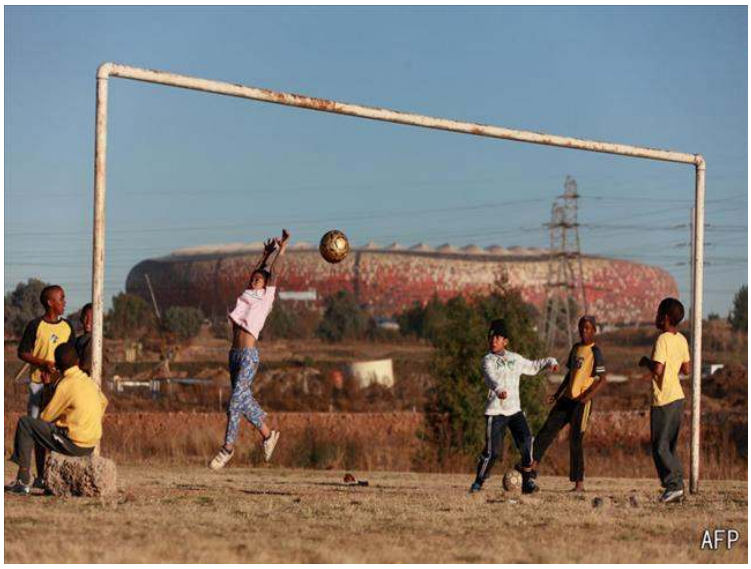


Figura 3 – Soccer City após a Copa de 2010. Imagem: AFP

Observa-se também no caso dos megaeventos que as ações acontecem sempre sob a alegação de prazos exíguos para a apresentação de projetos, o que inviabiliza discussões, participação e transparência. Os órgãos públicos estão pouco preparados com equipes, recursos técnicos e, fundamentalmente, visão de totalidade, isenção e agilidade para execução de propostas adequadas para tais "oportunidades", e sofrem para cumprir as exigências dos proponentes e financiadores, quase sempre na direção contrária aos interesses e necessidades da

cidade e do país. As questões a serem demarcadas são: onde está o planejamento, que possibilite e oriente a existência de *portfólios* de projetos, não fragmentadores, que possam efetivamente aproveitar as oportunidades verdadeiras abertas nesses momentos? Além de viabilizar obras e infraestruturas, esse planejamento estará sendo capaz de intensificar a formulação e articulação de políticas que tragam benefícios sociais duradouros?

No caso de Barcelona, Capel (2010) ressalta que a cooperação do governo central foi decisiva; muitas coisas deram certo, outras foram questionadas, talvez como "*resultado de la desmesura o de la rapidez y desenvoltura con que actuaron técnicos y políticos*". Entre os erros, aponta que a Vila Olímpica, "*se revela ahora como 'vacía de paseantes y de comercios', con plantas bajas 'inhóspitas', con sectores privatizados que ofrecen un muestrario de 'vallas, barreras, cercas y garitas privadas de vigilancia, con pretensiones de ser un barrio privado y exclusivo' (El País, 12/06/2010, Cataluña, p. 5). Sin contar con la ausencia de vivienda social, que fue la gran carencia de esta iniciativa*."

Para esse autor, o aprendizado fundamental é que as atuações relativas ao urbanismo, nas cidades dos megaeventos, devam se organizar melhor com a ativa participação cidadã. Sugere então a configuração de redes de intercâmbio e colaboração entre movimentos organizados das cidades, pois seu contato com a realidade social pode lhes permitir proposições mais sensatas e políticas mais eficazes que as vistas nos últimos anos.

No âmbito hegemônico esse intercâmbio vem se dando. A 8ª Bienal de Arquitetura, realizada em São Paulo, em 2009, discutiu as modificações urbanas a serem trazidas pela Copa de 2014, com base na Alemanha (2006), nas Olimpíadas de Beijin (2008) e de Barcelona (1992). Debates e reflexões como essa ganham espaço nos meios técnicos e acadêmicos, ao mesmo tempo em que veiculam nomes, divulgam escritórios e empresas, e criam uma rede altamente competitiva e apropriada à acumulação capitalista.

Empresas de consultoria têm importante participação no processo de planejamento e privatização do território e estão presentes na elaboração e implementação de grandes projetos urbanos. O modelo de planejamento que mais se difunde entre as cidades do mundo contemporâneo é pautado no empresariamento urbano – gerido pela cidade empresa, para tornar competitiva a cidade mercadoria (VAINER, 2000). Esse modelo coloca-se em contraposição ao planejamento participativo e democrático, pautado em políticas públicas, prioridades e respeito ao coletivo, à totalidade da sociedade e do território – considerado por muitos, ultrapassado.

A funcionalidade do planejamento e a ideologia da neutralidade que a sustenta foram reforçadas nas últimas décadas, pois são extremamente instrumentais às políticas neoliberais que objetivam a dependência e a dominação (TEIXEIRA, 2010). Assim, o planejamento passa a priorizar exclusivamente a reprodução do capital e a garantir, "dentro da lei e da ordem", sua acumulação.

A grande consultoria de atuação global, a serviço desse modelo de planejamento, produz e dissemina uma mercadoria imaterial: a informação globalizante que aplica roteiros e fórmulas homogêneas, sustentadas pelo pensamento único, detentora de racionalidades que se aplicam ao território de forma vertical, hierárquica. O planejamento torna-se, então, um instrumento político, a serviço da classe dominante e da produção capitalista, absorvendo a lógica da empresa que é totalmente destoante da lógica do desenvolvimento.

As empresas de consultoria são fundamentais aos GPUs, e com elas se disseminam as intervenções pontuais e os grandes nomes. De Mattos (2010b, p.219) salienta como a cosmética urbana age para que partes da cidade se convertam em imagens promocionais a inversores. Nessa prática, usam serviços de *starchitects* (OUROUSSOF, 2007) e produzem grandes monumentos urbanos que sintetizam o imaginário "renovado".

Entre os nomes contemporâneos, destacam-se Jean Nouvel (Torre Agbar, Barcelona; projeto vencedor do Guggenheim, Rio de Janeiro), Frank Gehry (Guggenhein, Bilbao – figura 4 – e Nova York), Santiago Calatrava (Complexo Esportivo Olímpico, Atenas; Museu do Amanhã, Rio de Janeiro), e os brasileiros Oscar Niemeyer, Ruy Ohtake (Ohtake Cultural, Centro Cultural Tomie Ohtake, em São Paulo) e Isay Weinfeld, considerado "o arquiteto do momento" (Edifício 360º, zona oeste SP, premiado com o *Future Projects Awards*, da *Architectural Review*, inglesa). Na Bienal, estiveram presentes os autores do Ninho de Pássaros (Olimpíadas de Beijin), Jacques Herzog e De Meuron, responsáveis pelo futuro Complexo Cultural Teatro de Danças de São Paulo.



Figura 4 – Guggenheim Bilbao – Imagem: http://www.universaldeco.es/wp-content/guggenheim_bilbao.jpg

Entre outros, tornaram-se fabricantes de ícones arquitetônicos da modernidade e da globalização, que surgem como agulhas na acupuntura urbana, e seus projetos, pelo arrojo e ousadia, têm o mérito de que ninguém fica indiferente a eles.

A reestruturação da cidade ou de parte dela e sua monumentalização consolidam, portanto, relações de poder. Ao adaptar as estruturas urbanas às exigências do interesse hegemônico, naturalizando as intervenções como imprescindíveis, mesmo que escondam efeitos perversos, os governos tornam-se cativos de prioridades segmentadas e que podem ser apenas efêmeras. Santos (2001), crítico dessa prática, alerta para a despolitização implícita no processo.

> O grande risco desse enfoque das coisas é que a gente pode descambar para a estética, não é isso? E para a cosmética urbana, que é a grande moda atual. E para o divertimento das pessoas. E, com isso, se desvia também a direção política. Você não enfrenta os problemas: oferece cristalizados os novos espaços. E aí também ajuda os escritórios. Aos grandes, você dá as grandes obras, e aos pequenos e médios você dá as renovações locais: 80, 100 pracinhas. E diz que está planejando a cidade toda para os pobres e para o futuro (SANTOS, 2001, p.4-5).

Um exemplo do "novo" planejamento

Fortemente apoiado em grandes projetos, o novo planejamento vem produzindo um conjunto de cidades-modelo (SÁNCHEZ, 1997; MOURA, 2009),

cidades espetáculo (DEBORD, 1997), cidades simulacro (SOJA, 1994, 2002), cidades carcerárias (FOUCAULT, 1977), entre outras cidades adjetivadas.

Exemplo delas é Curitiba, que vive há quase meio século um processo de planejamento urbano com forte sustentáculo na construção da imagem de cidade-modelo, exagerando na representação de uma experiência exitosa. Tal processo transformou Curitiba em marca nacional e internacional da modernidade urbana e da gestão urbana "que deu certo".

Pode se considerar essa como uma cidade precursora, no que se refere ao Brasil, na implementação dos pressupostos do planejamento estratégico de cidades, no uso do *city marketing*, na centralidade que seu processo de gestão conferiu a intervenções urbanísticas e na aplicação da engenharia do consenso, como medida para garantir a legitimação do modelo perante à sociedade (SÁNCHEZ, 1997; 2003).

A construção da imagem e do mito é continuamente reforçada pela oferta de produtos urbanísticos – e entre eles, grandes projetos são fundamentais. São criados ícones relacionados aos apelos do urbanismo e da gestão urbana, ditados pelos manuais normativos de agências multilaterais, incorporando os discursos da criatividade, inovação e ousadia, e colocando em pauta a temática que prevalece na agenda do momento – de ruas para pedestres, nos anos 70, passando por obras com preocupação ambiental nos 80, transformando essa em preocupação social, pós virada do século.

O poder público municipal orientou sua intervenção respeitando a ordem dessas tendências temáticas internacionais, associando a atuação programática a uma marca física, um eixo estrutural, um edifício, um recorte paisagístico. Ao mesmo tempo, foi atualizando os *slogans* correspondentes, compondo sínteses como cidade-modelo, cidade humana, cidade eficiente e viável, cidade planejada, capital ecológica, capital da qualidade de vida, capital brasileira de Primeiro Mundo, capital social, cidade da gente.

O Plano Diretor é o principal instrumento simbólico da construção desse mito, reforçando-se sistematicamente por esse modelo de gestão estratégica que aplica a lógica do empresariamento e da mercantilização urbana como prática de governo, tornando a cidade espaço privilegiado ao processo de valorização e afirmação do mercado e do capital. Cabe anotar que o Plano Diretor de Curitiba vem sendo implementado desde os anos 60, e sua lei sofre contínuos ajustes pontuais, compondo uma verdadeira colcha de retalhos. O plano, enquanto um instrumento acessável e compreensível, que permita uma visão de totalidade do

município, oriente na efetivação do cumprimento da função social da propriedade e da cidade e que seja gerido participativamente, existe apenas na ordem do discurso. No entanto, em seu nome, um projeto hegemônico vem conduzindo a gestão urbana desde então, sem ter tido grandes interrupções ou descontinuidades políticas que o ameaçassem (MOURA, 2009). A mídia, posicionada e sob interesses, contribui para consolidar esse projeto, reforçando uma imagem particularizada da cidade e o senso de pertencimento dos cidadãos. Ao mesmo tempo, o imaginário urbano é recomposto e o pensamento hegemônico suprime as condições de percepção crítica das mensagens veiculadas, desencorajando o dissenso, o contraditório ou a justaposição de visões alternativas, individualidades ou identidades de grupos locais (IRAZÁBAL, 2005).

Dessa forma, Curitiba replica o lugar comum dos grandes projetos urbanos. Seduzidos por possibilidades de expansão dos laços com a globalidade e embrenhados na guerra entre lugares, os governos passam a conduzir estratégias, contrair empréstimos, adequar normas e convencer a sociedade de que as opções para a cidade são inquestionáveis. Submetem-se ao que Santos (1999) qualifica como objetos técnico-científicos-informacionais, exigentes na adaptação da infraestrutura e da norma, mas que requerem e não podem prescindir da ação dos governos e das coalizões locais.

Considerações finais

Antes de negar por completo a validade dos grandes projetos urbanos e sua inserção no atual planejamento das cidades, há que se considerar que romper certas lógicas naturalizadas é possível.

A despeito das negociações e das margens de conquistas dos governos, garantidos os projetos, esses passam a provocar o incremento nos quesitos que a cidade pode oferecer ao mercado competitivo contemporâneo. Portanto, cabe aos governos, a realização de pactos que permitam explorar com maior capacidade os resultados das intervenções, ampliando as possibilidades para que os efeitos positivos se revertam para a coletividade. Isso dependerá dos comprometimentos políticos e da postura ideológica desses governos.

Sociedade e governo podem aceitar e incentivar grandes projetos, porém buscando medidas contrarrestantes eficazes: impondo condições para que seus impactos urbanísticos e sociais sejam positivos. Condições que podem ser realizadas diretamente na exigência de obras, ações ou de subsídios para atenção a prioridades sociais; na otimização da execução tributária, efetivando o recolhimento da contribuição de melhorias e implantando extra-fiscalidades com

finalidades compensatórias; enfim, estabelecendo limites e impondo aportes, exatamente no sentido oposto às isenções e renúncias fiscais que se operam usualmente.

São necessários canais de participação e controle social que funcionem desde a concepção dos projetos, sua negociação, implementação e gestão do uso, para que possam ser discutidas as verdadeiras prioridades, consideradas as especificidades dos interesses de cada comunidade, e garantida a possibilidade de total transparência na gestão dos recursos. Essa é a forma mais democrática de se implementar projetos legítimos e para que se evitem fraudes, corrupção, favorecimentos e desvio de recursos públicos, reduzindo, assim, o risco inerente ao Estado como responsável pela contração dos financiamentos.

Para tanto, é urgente intensificar a mobilização social e política no tratamento das questões urbanas, no sentido de livrar a sociedade dos "riscos de adesão a impulsos de inovação – tantas vezes caros e comprometedores do futuro – que a transformam num espelho reduzido de tendências internacionais potencialmente passageiras." (RIBEIRO, 1996, p.80) De fazê-la perceber que o envelhecimento dos objetos é condicionado pela política, não pela técnica, e que é a doutrina e a prática da competitividade que induzem um uso acelerado e efêmero (SANTOS, 1999).

Em cidades ou países desiguais, o planejamento não pode prescindir do Estado e de políticas territoriais. Mas, de um Estado fortalecido e comprometido com as forças da coletividade, que adote políticas de ordenamento territorial com estratégias capazes de criar oportunidades e de reverter a exclusão.

Bibliografia

ARANTES, O. Berlim reconquistada. Falsa mistura e outras miragens. *Espaço & Debates*, São Paulo, v. 23, n. 43-44, jan./dez. 2003, p. 28-50.

ARANTES, O. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único*: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

ASCHER, F. *Les nouveaux principes de l'urbanisme*. Paris: Éditions de l'Aube. 2001 (Intervention / Monde en cours), apud Oliveira e Lima (2009).

BORJA, J.; CASTELLS, M. *Local y global.* Madrid: United Nations for Human Settlements (UNCHS); Taurus, 1997. (Pensamiento).

CAPEL, H. Los Juegos Olímpicos, entre el urbanismo, el márqueting y los consensos sociales. *Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona, v. XV, n. 895 (1), 5 de noviembre de 2010. Disponível em: http://www.ub.es/geocrit/b3w-895/b3w-895-1.htm (Acesso: 28/11/2010).

CONFERÊNCIA Internacional Megaeventos e a Cidade. IPPUR, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://www.ufrj.br/megaevents/betav/index.php?option=com_content&view=article&id=3&lang=br (Acesso: 10/09/2010)

DE MATTOS, C. A. *Globalización y metamorfosis metropolitana en América Latina. De la ciudad a lo urbano generalizado.* Grupo de Estudios sobre Desarrollo Urbano (GEDEUR). Documento de trabajo n. 8. Madrid, 32 p.

DE MATTOS, C. A. Globalización y metamorfosis metropolitana en América Latina. Textos Urbanos, v. IV. Quito: OLACCHI (Organización Latinoamericana y del Caribe de Centros Históricos) / Municipio del Districto Metropolitano de Quito, 2010.

DEBORD, G. *A Sociedade do Espetáculo*. Contraponto, 1997.

ESTEBAN, I. *El efecto Guggengeim. Del espacio basura al ornamento*. Barcelona, Editorial Anagrama, 2007, apud De Mattos (2010a).

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1977.

IRAZÁBAL, C. *City Making and Urban Governance in the Americas*. Curitiba and Portland: Aschgate, University of Southern California, 2005.

LERNER, J. *Acupuntura urbana*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LUNGO, M. *Grandes proyectos urbanos*. San Salvador: UCA Editores, 2004. (Colección Estructuras y Procesos. Serie mayor, v.24), apud Oliveira e Lima (2009).

MOULAERT, F.; RODRÍGUEZ, A.; SWYNGEDOUW, E. (Eds). *The Globalized City: Economic Restructuring and Social Polarization in European Cities*. Oxford: Oxford University Press, Oxford Geographical and Environmental Studies. 2003.

MOURA, R. Efeitos simbólicos do museu Oscar Niemeyer na internacionalização de Curitiba. *Arquitextos*, São Paulo, 10.125, Vitruvius, out. 2010. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.125/3567 Acesso: 03/11/2010)

MOURA, R. Eixo Metropolitano/Linha Verde: refuncionalização do espaço ou reciclagem do modelo Curitiba? In: PPLA 2010: Seminário Política e Planejamento, 2, 2010. Curitiba. *Anais...* Curitiba: Ambiens, 2010b. [CD]

MOURA, R. Os riscos da cidade-modelo. In: ACSELRAD, H. (Org.) *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

NAÇÕES UNIDAS. *Informe de la Relatora Especial sobre una vivienda adecuada como elemento integrante del derecho a un nivel de vida adecuado y sobre el derecho de no discriminación a este respecto*. Raquel Rolnik, 18/12/2009.

OLIVEIRA, F.L. de; LIMA, P.N. de. Grandes Projetos Urbanos: panorama da experiência brasileira. Congresso da LASA (Associação de Estudos Latino-Americanos), 2009. *Anais...* Rio de Janeiro, 2009.

OUROUSSOF, N. Let the 'starchitects' work all the angles. *The New York Times*, 16/12/2007, apud De Mattos (2010b)

RIBEIRO, A.C.T. *Urbanidade e vida metropolitana*. Rio de Janeiro: Jobran Editora, 1996 (Série Espaço).

SÁNCHEZ, F. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó: Argos Ed. Universitária, 2003.

SÁNCHEZ, F. *Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing*. Curitiba: Editora Palavra, 1997.

SÁNCHEZ, F. PPLA 2010. Notícias. *Megaeventos, o jogo continua.* Entrevista com a Prof.ª Fernanda Sánchez (UFF). Disponível em http://coopere.net/ppla/index.php?a=home&id=28 (Acesso: 12/11/2010).

SÁNCHEZ, F.; BIENENSTEIN, G. Jogos Pan-Americanos Rio 2007: um balanço multidimensional. Congresso da LASA (Associação de Estudos Latino-Americanos), 2009. *Anais...* Rio de Janeiro, 2009.

SANTOS, M. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. 3ª edição. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 2ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, M. Quem está na frente é o povo. *Cadernos Le Monde Diplomatique*. São Paulo : Instituto Abaporu, Especial n.2 "Um outro mundo urbano é possível", p.4-7, jan. 2001. Entrevista concedida a Carlos Tibúrcio e Silvio Caccia Bava.

SOJA, E.W. O desenvolvimento metropolitano pós-moderno nos EUA: virando Los Angeles pelo avesso. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.A.; SILVEIRA, M.L. (Org.) *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994.

SOJA, E.W. *Postmetropolis. Critical studies of cities and regions*. Oxford: Blackwell Publishing, 2002.

SOUZA, M. A. de. O *lugar como resistência. Uma dimensão da realidade do futuro. Uma homenagem a Milton Santos*. Mimeo, 2005, 10 p. Não publicado.

SWYNGEDOUW, E.; HEYNEN, N. *Urban Political Ecology, Justice and the Politics of Scale.* Oxford: Antipode, 2003, apud Sánchez e Bienenstein (2009).

TEIXEIRA, S.H. de O. Empresas de consultoria e planejamento territorial: os usos da informação. PPLA 2010: Seminário Política e Planejamento, 2, 2010. Curitiba. *Anais...* Curitiba, Ambiens, 2010. [CD]

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

VAINER, C.; CAPANEMA, L. *Ementa e programa para a disciplina Teorias do Planejamento e Planejamento Insurgente*. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, IPPUR-UFRJ, período 20010/2014. (Mimeo).

WHITAKER, J. PPLA 2010. Notícias. *Grandes Projetos, fator de crescimento econômico e não de desenvolvimento.* Entrevista com João Whitaker (USP). Disponível em http://www.coopere.net/ppla/index.php?a=home&id=29 (Acesso: 12/11/2010).

Sobre a autora

Rosa Moura: geógrafa pela USP (Universidade de São Paulo) e doutora em Geografia pela UFPR (Universidade Federal do Paraná). Pesquisadora do IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), atuando na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano do Paraná; e pesquisadora da rede Observatório das Metrópoles, projeto INCT-CNPq.

* * *

ABSTRACT

Master Urban Projects and Territorial Planning

The presented thematic is comprehensive and opportune, due the country, to host the World Cup 2014, delivers a set of actions in response to demands that embody master urban projects. These are understood in this work as subjects numerous and insubordinates, disseminated among places, but under a global technical system. The approach decomposes in a conceptual-theoretical reflection, the Brazilian experience analysis, particularly Curitiba projects and planning, the results of recent mega events and the action of companies and consultants that offer efficient products to capital accumulation and reproduction, dissociated to the practice of territorial planning and management.

KEYWORDS: Master projects, territorial planning, mega events, urban image, urban icons.

RESUMEN

Grandes Proyectos Urbanos y Planeamiento Territorial

La temática propuesta es adecuada y oportuna, puesto que el país, al recibir la Copa de 2014, se entrega a un paquete de acciones, en contestación a requisitos que se consubstancian en grandes proyectos urbanos. Estos se los entienden en este trabajo como sujetos numerosos e insubordinados, dispersos entre los lugares, pero procedentes de un sistema técnico global. El artículo se descompone en una reflexión teórico-conceptual acerca del tema, en el análisis de la experiencia brasileña, particularmente de proyectos y del planeamiento en Curitiba, de los resultados urbanos de mega eventos recientes y en la acción de las compañías y de los consultores que ofrecen productos eficientes a la acumulación y reproducción del capital, disociados de la práctica del planeamiento y gestión territorial.

PALABRAS CLAVE: Grandes proyectos, planeamiento territorial, mega eventos, imagen urbana, iconos urbanos.

BCG: http://agbcampinas.com.br/bcg

Artigo recebido em novembro de 2010. Aprovado em janeiro de 2011.